

**Intervenção do Presidente do PSD/Açores
no encerramento do debate do Plano
e Orçamento para 2018**

Horta, 29 de novembro de 2017

Senhora Presidente
Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e senhores membros do Governo
Açorianos

O PSD entende que este deve ser, verdadeiramente, um momento de rutura nos Açores.

Rutura na forma de fazer Política.

Rutura na visão da Sociedade e da Economia.

Rutura para que tenhamos uma verdadeira Democracia, em que o Governo, sendo dos Açores, os Açores não são do Governo.

Impõe-se acabar com as dependências económicas, sociais e até psicológicas que o Governo socialista promove.

Apresentamos, por isso, uma visão alternativa.

Esta é uma visão que se traduz, também, nas propostas que fazemos aos documentos orçamentais.

Trata-se de toda uma ação política virada para a Economia privada, para o equilíbrio da Sociedade e para a transparência da Democracia.

No fundo, queremos dar autonomia aos sujeitos da Autonomia. Liberdade!

Na Economia queremos mais dinheiro para as famílias e empresas. Por isso, propomos uma baixa de impostos e passagens aéreas inter-ilhas mais baratas.

Na Sociedade queremos ajudar quem mais precisa, promover a ascensão social através de uma melhor Educação e um sistema de Saúde eficiente.

Para a melhoria da Democracia, queremos mais transparência, mais independência na administração pública e uma luta, sem tréguas, contra a corrupção.

Nessa medida, propomos todo um novo capítulo no Orçamento intitulado “Transparência e prevenção dos riscos de corrupção”.

Da resposta que a maioria der a estes desafios estratégicos que aqui colocamos, ficaremos a saber se o Partido Socialista está do lado das ruturas que se exigem, ou prefere continuar no mesmo ciclo de sempre.

Os Açorianos e Açorianas saberão que existe um outro caminho e que podem contar com uma alternativa.

Senhora Presidente
Senhores Deputados

Somos um partido responsável. Não caímos no equívoco de dizer que está tudo mal.

Mas também não embarcamos na euforia do Governo, que passou este debate a dizer que está tudo bem.

Há uma parte significativa da população que continua a viver à margem do progresso.

Não é o PSD que o diz. É a realidade que o confirma. São as instituições da sociedade que o comprovam.

O senhor Bispo de Angra, D. João Lavrador, é muito claro a este propósito, quando afirma que “há uma realidade social alarmante no que respeita à pobreza”.

Cerca de 18 mil açorianos dependem do Rendimento Social de Inserção para sobreviver.

A Estratégia Contra a Pobreza e Exclusão Social recentemente anunciada é a confissão do fracasso do Governo.

Nesta área o Partido Socialista só tem planos para mostrar.

Há sete anos o Governo também tinha apresentado um plano idêntico.

Em matéria de combate à pobreza, a governação socialista está sempre a começar do zero.

Nos intervalos entre cada plano de combate à pobreza, os Açorianos mais frágeis limitam-se a esperar. E a sobreviver.

À falta de coesão social, junta-se a falta de coesão regional.

O fosso entre ilhas acentuou-se no que diz respeito aos níveis de desenvolvimento.

O poder de compra de um cidadão das ilhas das Flores, Graciosa ou São Jorge é muito inferior ao registado nos concelhos de Angra do Heroísmo ou Ponta Delgada.

Com uma Região a duas velocidades, como mostra a disparidade entre níveis de desenvolvimento, o resultado é a acentuada perda de população em várias parcelas de todas as nossas ilhas.

Por exemplo, nos últimos 10 anos, São Jorge perdeu 10 por cento da população. A Graciosa perdeu seis por cento. A ilha das Flores perdeu cinco por cento da população.

Aos problemas da pobreza e da falta de coesão entre ilhas, este Orçamento não dá resposta. É mais do mesmo.

Senhora Presidente
Senhores Deputados

Este Orçamento não inspira confiança.

Parceiros sociais, partidos da Oposição e até personalidades do próprio Partido Socialista põem em causa a credibilidade dos documentos orçamentais.

De vários setores da sociedade açoriana se ouviram críticas à sistemática falta de concretização, por parte do Governo, dos compromissos assumidos anteriormente e que se repetem para o ano de 2018.

Mas não são apenas os parceiros sociais ou a Oposição que duvidam da credibilidade dos documentos que estamos aqui a discutir.

Muitos socialistas também deixaram de acreditar no seu próprio Governo. As provas estão à vista de todos. Só não vê quem não quer ver.

As duras críticas feitas por diferentes Conselhos de Ilha aos documentos orçamentais para 2018 revelam bem que este Orçamento não inspira confiança.

Afinal, são os próprios autarcas e dirigentes do Partido Socialista que não se revêem nas propostas de Orçamento e Plano do Governo Regional.

O Conselho de Ilha da Terceira manifesta “desagrado e incómodo” por ser obrigado a repetir, ano após ano, as mesmas reivindicações. Tudo devido ao “incumprimento reiterado” do Governo Regional. O Conselho de Ilha da Terceira é presidido por um autarca do PS que foi, durante 16 anos, membro do Governo Regional.

O Conselho de Ilha do Faial diz que a credibilidade dos documentos orçamentais do Governo “é cada vez mais duvidosa”. Recordo que o Conselho de Ilha do Faial é liderado por um antigo deputado do Partido Socialista, que foi Presidente deste Parlamento durante oito anos.

Conclusão: o Governo Regional apresenta aos Açorianos um Orçamento que não inspira confiança à sociedade, à Oposição ou às forças vivas das nossas ilhas. Nem a muitos socialistas o Orçamento do Governo inspira confiança!

Senhora Presidente
Senhores Deputados

Segundo esta proposta de Orçamento, o Governo Regional dos Açores espera receber no próximo ano quase 700 milhões de euros em impostos. É o valor mais alto de sempre.

O Governo ganha um jackpot fiscal, mas não quer repartir o prémio com os Açorianos.

Em vez de redistribuir a riqueza, o Governo Regional prefere apresentar mais um Orçamento reincidente em tirar dinheiro à economia real.

Também por isso, este Orçamento não inspira confiança.

Com a maior receita de impostos de sempre, exigia-se um Orçamento de rutura, em que as famílias e empresas açorianas saíssem a ganhar.

Só o Governo Regional sai a lucrar com este Orçamento. Para as famílias e empresas fica tudo na mesma.

É por isso que o PSD/Açores insiste – e vai continuar a insistir – na devolução de rendimentos a todos os Açorianos, através de uma redução dos impostos para níveis anteriores ao período da ‘troika’.

Como partido responsável que somos, aceitamos que a redução fiscal que propomos seja feita de forma faseada.

Não estamos sozinhos nesta matéria. A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a UGT e a Federação Agrícola dos Açores, também têm vindo a defender a baixa dos impostos para os trabalhadores e para as empresas.

Baixar os impostos nos Açores permite aumentar o poder de compra e a capacidade de poupança das famílias.

Baixar os impostos torna as empresas açorianas mais competitivas.

Com menos impostos há mais investimento e mais emprego.

O PSD/Açores acredita que um euro nos bolsos das famílias e das empresas gera mais riqueza do que um euro nas mãos do Governo.

Senhora Presidente

Senhores Deputados

O PSD/Açores participou neste debate com uma visão não apenas crítica, mas apresentando boas propostas.

É, para nós, fundamental que o Orçamento da Região passe a incluir medidas que aumentem a transparência e previnam os riscos de corrupção.

No âmbito da prevenção e combate à corrupção, propomos que todos os departamentos do Governo, serviços da administração, institutos públicos e empresas públicas regionais procedam à elaboração ou atualização dos seus planos de gestão de riscos de corrupção.

Estes planos têm que ser efetivamente postos em prática e a sua aplicação acompanhada através de relatórios de execução.

Caberá ao Parlamento dos Açores o controlo da implementação destas medidas de prevenção e combate à corrupção.

O reforço da transparência da atividade governativa e da administração pública é outra questão central para o PSD e da qual não abdicamos.

Os Açores necessitam uma cultura política que faça da transparência da governação um dever.

É por isso que propomos aqui um conjunto de regras claras para impedir que o Governo Regional continue a infringir o limite máximo legal para a concessão de garantias a empréstimos.

É absolutamente inaceitável – e ilegal – que o Governo, à margem do escrutínio deste Parlamento e da sociedade, teime em recorrer à artimanha das chamadas “cartas conforto” para que as empresas públicas se continuem a endividar.

O expediente das “cartas conforto” já foi condenado, diversas vezes, pelo Tribunal de Contas. O PSD/Açores quer acabar com esta prática e assegurar que todas as operações de endividamento das entidades públicas sejam transparentes e do conhecimento dos Açorianos.

Maior transparência é também precisa na produção de informação estatística rigorosa e independente.

A informação estatística é fundamental para o exercício da cidadania e para a atividade das empresas.

Os Açores precisam de um serviço de estatística absolutamente credível e livre da influência do Governo.

Propomos neste Orçamento a transformação do Serviço Regional de Estatística em Instituto Regional de Estatística dos Açores, com um presidente eleito por maioria de dois terços do Parlamento.

Pretendemos ainda que a nomeação do dirigente máximo da Inspeção Regional da Administração Pública seja precedida de votação por dois terços dos deputados do Parlamento dos Açores, sob proposta do Governo.

Queremos assim conferir um outro estatuto de independência e evitar que esta Inspeção seja usada como arma de arremesso político pelo poder socialista.

O PSD/Açores vai ainda mais longe nas suas propostas, respondendo assim às mais diversas necessidades da nossa sociedade.

Pomos à discussão neste debate do Orçamento uma proposta para baixar em 25 por cento o preço das passagens aéreas inter-ilhas para residentes, garantindo que nenhuma passagem de ida e volta custe mais do que 90 euros.

Para melhorar os rendimentos do setor primário, defendemos aqui a criação de um programa de investigação e desenvolvimento de novos produtos agrícolas, bem como para a procura de novos mercados para as produções regionais.

Para ajudar quem mais precisa, propomos a este Parlamento a criação do Apoio Energético Solidário, que visa compartilhar as despesas das instituições particulares de solidariedade social em energia elétrica.

Apresentamos também uma proposta de aumento dos complementos regionais de pensão e de abono de família, para ajudar os mais desfavorecidos. Há folga neste Orçamento para concretizar estas duas medidas de apoio social.

Os aumentos não podem surgir meramente nos anos eleitorais, como o PS fez com o abono de família, em 2012 e 2016.

E, pelo sexto ano consecutivo, voltamos a propor que o Orçamento dê uma resposta aos milhares de Açorianos que aguardam por uma cirurgia nos hospitais da Região.

Senhora Presidente
Senhores Deputados

Com as propostas que o PSD apresentou neste debate do Orçamento, cumprimos a nossa obrigação perante os Açorianos.

Acreditamos na nossa visão.

Acreditamos que as propostas que apresentamos são boas para os Açores.

Aguardamos, serenamente, para ver até que ponto o Governo e o PS estão comprometidos com a necessidade de maior transparência e com o combate à corrupção, como defende o PSD/Açores.

Aguardamos, serenamente, para ver até que ponto o Governo e o PS querem dar liberdade à sociedade açoriana e ter uma economia menos dependente dos poderes públicos.

Em suma, aguardamos, serenamente, para ver até que ponto o Governo e o PS estão do lado das ruturas que se exigem, ou preferem continuar no mesmo ciclo de sempre.

Senhora Presidente
Senhores Deputados

Um Orçamento que não melhore a vida dos Açorianos, recuse a necessidade de maior transparência e ignore o combate sem tréguas à corrupção não merecerá o nosso apoio.

Servir os Açorianos é a nossa missão.

Queremos servir com mais Economia, mais Sociedade e mais Democracia.

Este debate deixou bem claras as diferenças entre a governação socialista de 20 anos e o projeto social-democrata.

Para o PSD, baixar os impostos e ter passagens aéreas mais baratas é essencial para que haja mais economia, mais investimento e mais emprego. Para o Partido Socialista, a Economia gira à volta do Governo.

Para o PSD, a sociedade civil é o motor de uns Açores melhores. Para o Partido Socialista, os parceiros sociais são um estorvo sempre que têm uma opinião contrária à do Governo.

Para o PSD, a Democracia alimenta-se da transparência na governação e gestão dos dinheiros públicos. Para o Partido Socialista, a opacidade é a melhor via para manter-se no poder.

As diferenças estão à vista de todos.

Queremos contribuir para uns Açores melhores.

Temos uma visão positiva e alternativa.

Se o PS ataca a Oposição, nós queremos atacar os problemas dos Açorianos.

Hoje e sempre vamos continuar a cumprir a nossa missão: Servir os Açorianos.

Disse.